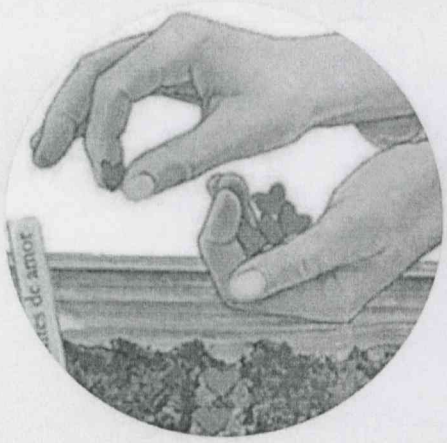
Comissão do Terceiro Setor
Folha: 3
Município de Mariana MG

# PLANO DE TRABALHO

## COMUNIDADE TERAPÊUTICA SEMENTES DE AMOR



## 1 - Dados Cadastrais

| **Órgão /Organização da Sociedade Civil (Convenente)**<br>Comunidade Terapêutica Sementes do Amor | | | | **CNPJ Nº**<br>34.075.117/0001-56 |
|---|---|---|---|---|
| **Endereço:**<br>Endereço administrativo: Rua Bom Jesus nº 314, Barro Preto.<br>Endereço da instituição: Sitio Pouso do Gavião, S/Nº no distrito de Cachoeira do Brumado, | | | | |
| **Cidade**<br>Mariana | **U.F**<br>Mg | **C.E.P**<br>35.424-191 | **Telefone**<br>31)98256-4009 | **Email**<br>casasementesdoamor@gmail.com |
| **Nome do Responsável**<br>Carlos Eduardo Mendes | **CPF**<br>045.629.786-35 | | **C.I.**<br>MG11.721700 | **CARGO**<br>Presidente |
| **Endereço do Responsável Legal**<br>Rua Sumidouro 364 Cx B Santa Rita De Cassia | | | **CEP**<br>35426-534 | **Telefone de Contato**<br>31)98256-4009 |

## 2 - Descrição do Projeto/Objeto

| Título do Projeto:<br>"Aprimoramento Logístico da Comunidade Terapêutica Sementes do Amor: Aquisição de Veículos para Suporte às Atividades Assistenciais" | Período de execução<br>30 dias |
|---|---|

Justificativa da Proposição:

A Comunidade Terapêutica Sementes do Amor é uma organização da sociedade civil que desenvolve ações voltadas à recuperação e reinserção social de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do uso abusivo de álcool e outras drogas. Em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade das ações assistenciais, torna-se necessária a aquisição de dois veículos para o aprimoramento da logística e operacionalidade institucional.

O primeiro veículo pleiteado é uma caminhonete utilitária, destinada a substituir o veículo anteriormente locado, cuja manutenção de contrato de locação tornou-se financeiramente inviável e operacionalmente limitada. A aquisição representa uma solução mais econômica a médio e longo prazo, evitando gastos recorrentes com locação e proporcionando maior autonomia à instituição no deslocamento de pessoas, insumos e apoio às atividades cotidianas de acolhimento e atendimento dos beneficiários.

O segundo veículo solicitado é um caminhão baú, fundamental para o recolhimento e transporte de doações, captação de insumos e entrega de produtos produzidos pela instituição, os quais são comercializados como parte do programa de reinserção produtiva e sustentabilidade financeira da comunidade terapêutica. O caminhão permitirá não apenas o aumento da eficiência logística, mas também o fortalecimento das atividades laborais e da geração de renda dos acolhidos, promovendo sua autonomia e dignidade.

A presente aquisição encontra respaldo legal na Lei nº 13.019/2014, especialmente nos artigos 29 e 31, que preveem a possibilidade de repasse de recursos públicos para cobertura de despesas necessárias à execução do objeto da parceria, inclusive com aquisição de bens permanentes, desde que demonstrada a vinculação direta ao plano de trabalho e à consecução dos objetivos pactuados. Além disso, a medida atende ao princípio da eficiência na aplicação dos recursos públicos, conforme previsto no art. 11 da referida norma, promovendo resultados mensuráveis, sustentáveis e voltados ao interesse social.

Dessa forma, a aquisição dos referidos veículos justifica-se como medida essencial para garantir a continuidade, ampliação e qualificação das atividades desenvolvidas pela Comunidade Sementes do Amor, fortalecendo a rede de atenção psicossocial e reafirmando o compromisso com a inclusão, a cidadania e o acolhimento humanizado.

Público Alvo:

O público-alvo da Comunidade Terapêutica Sementes do Amor é composto por pessoas adultas do sexo masculino, a partir de 18 anos, em situação de vulnerabilidade social e/ou risco pessoal decorrente do uso abusivo ou dependência de substâncias psicoativas, que demandem acolhimento terapêutico em regime residencial, de forma voluntária, como parte de seu processo de reabilitação e reintegração social.

Comissão de Terceiro Setor
Folha: 49
Município de Mariana MG

Comissão de Terceiro Setor
Folha: 5
Município de Mariana MG

São prioritariamente atendidos:

- Indivíduos em situação de exclusão social ou rompimento de vínculos familiares;
- Pessoas em situação de rua ou em risco de reincidência em contextos de uso;
- Acolhidos encaminhados por órgãos da rede pública de saúde, assistência social ou sistema de justiça;
- Pessoas que, por ausência de recursos, não possuem acesso a serviços privados de tratamento.

O acolhimento ocorre de forma gratuita, mediante triagem técnica e adesão voluntária ao programa terapêutico da instituição.

Estimativa de Pessoas Atendidas:

Estima-se o atendimento de 20 acolhidos por período.

3 – Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso

Etapa 1 (ou única):

**O repasse necessário estimado será de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), de modo a adquirir dois veículos , conforme a seguir :**

- **Veiculo Fiat Strada Endurece CS – Ano Modelo 2021/2021 – Cor Branca – R$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais)**
- **Veiculo Hyundai /HR HDB – Ano Modelo 2013/2014 – R$ 93.000,00 ( noventa e três mil reais )**

| Prazo de Execução: 30 dias | Valor do Investimento: R$ 160.000,00 |
|---|---|

| 4 – Descritivo das Despesas | |
|---|---|
| Aquisição de veículos. | Valor investido: R$ 160.000,00 |

5 . Objetivos, Metas e Resultados

Objetivos: Ampliar a capacidade de atendimento e acolhimento dos assistidos pela instituição, garantindo transporte seguro, contínuo e digno para compromissos médicos, terapêuticos, jurídicos e sociais.

Fortalecer a rede de apoio social e a reintegração dos acolhidos à sociedade, por meio da viabilização de deslocamentos para atividades externas de reinserção e acompanhamento.

Promover a eficiência na gestão logística da instituição, reduzindo dependência de terceiros e aumentando a autonomia nos deslocamentos de rotina.

Folha: 6
9

| Reduzir o custo da instituição com a locação de veículos. |
|---|
| Metas:<br><br>Adquirir **dois veículos automotores**, sendo:<br><br>• Uma **caminhonete utilitária cabine dupla**, com capacidade para transporte de pessoas e cargas leves, destinada ao apoio administrativo, técnico e eventual condução de acolhidos.<br>• Um **caminhão baú de pequeno porte**, com baú fechado, para transporte de doações, mantimentos, móveis, equipamentos e demais insumos utilizados pela instituição.<br><br>Atender de forma integral a demanda de transporte de insumos, doações e apoio logístico.<br><br>Transporte dos insumos produtos produzidos na instituição através do fortalecimento das atividades laborais e da geração de renda dos acolhidos, promovendo sua autonomia e dignidade.<br><br>Acolhimento de até 20 (vinte) pessoas por mês, respeitando a capacidade máxima da instituição e os critérios técnicos de triagem e admissão. |
| Resultados Esperados:<br>Melhoria na estrutura logística da Comunidade Terapêutica Sementes do Amor, assegurando transporte próprio para suprimentos, equipamentos e doações.<br><br>Aumento da autonomia e agilidade nas ações institucionais, com resposta mais rápida a demandas emergenciais ou rotineiras.<br><br>Redução de custos com transporte terceirizado ou aluguel de veículos, promovendo maior economia e controle dos recursos institucionais.<br><br>Aprimoramento da qualidade do acolhimento e suporte às pessoas atendidas, com deslocamentos mais eficientes e regulares.<br><br>Fortalecimento da atuação da Comunidade Terapêutica Sementes do Amor como referência regional, com infraestrutura compatível às suas funções assistenciais e operacionais. |

| **6 – Destinação dos Bens Duráveis Remanescentes** |
|---|
| Não se aplica |

| **7 – Responsável pela Prestação de Contas** | | | |
|---|---|---|---|
| Nome do Responsável | CPF | C.I. | CARGO |
| Carlos Eduardo Mendes | 045.629.786-35 | MG11.721700 | Presidente |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Endereço do Responsável Legal**<br><br>Rua Sumidouro 364 Cx B Santa Rita De Cassia | | **CEP**<br><br>35426-534 | Telefone de Contato<br><br>(31) 982564009 |

| **8 – Documentação** |
|---|
| ( x) Estatuto da Entidade |
| ( x) Cartão de CNPJ |
| ( x) Quadro Diretivo da Entidade (Posse da Diretoria) |
| ( x) Certidão de Regularidade Fiscal (Receita Federal) |
| ( x) Outros – Lei de Utilidade Pública , Dados Bancários, Documentos de comprovação |

Mariana, 11 de abril de 2025

Carlos Eduardo Mendes

Comissão de Terceiro
Folha: 7
Município de Mariana

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 017/2025**

**TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARIANA COMUNIDAADE TERAPEUTICA SEMENTES DO AMOR, PARA OS FINS QUE ABAIXO ESPECIFICA.**

O **MUNICÍPIO DE MARIANA**, pessoa de direito público, inscrito no CNPJ nº 18.295.303/0001-44 e Inscrição Estadual isento, com sede nesta cidade na Praça JK, s/nº, bairro Centro, CEP 35420-003, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Juliano Vasconcelos Gonçalves, e a Organização da Sociedade Civil **COMUNIDADE TERAPEUTICA SEMENTES DO AMOR**, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Bom Jesus, nº 314 bairro Barro Preto, Município de Mariana/MG, CEP 35424-191, inscrita no CNPJ sob o nº 34.075.117/0001-56, neste ato representado por seu presidente Sr. Carlos Eduardo Mendes, portador do CPF nº 045.XXX.786-XX e RG nº MG-11.XXX.700 SSP-MG, doravante denominada OSC, RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO,** mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO se fundamenta nas disposições da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2.014, no Decreto Municipal nº 11.806/2024, decreto municipal 12.163 de 10 de fevereiro de 2025 e Emenda Impositiva Parlamentar na Lei Municipal nº 3.825, de 26/12/2024 que dispõe sobre a Lei Orçamentária para o exercício de 2025. Esse Termo baseia-se nas informações contidas no Processo Administrativo nº 4058/2025, relativo ao procedimento de inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019/2021.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO a concessão de apoio financeiro da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA à OSC com o propósito de contribuir para aquisição de bens duráveis diversos do "**Projeto Aprimoramento Logístico da Comunidade Terapêutica Sementes do Amor: Aquisição de Veículos para atividades assistenciais"** definido no Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS COMPETÊNCIAS E DA GESTÃO**

3.1 - As atividades alusivas ao objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO serão executadas pela OSC sob supervisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE que realizará o controle e fiscalização.

3.2 - Ficam reservados à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE os direitos de assunção do objeto do presente termo, a qualquer tempo, assim como da transferência de responsabilidade sobre aquele, no caso de paralisação das atividades ou da ocorrência de fato relevante que venha a prejudicar- lhe o andamento, de modo a evitar a descontinuidade do projeto.

3.3 - Os agentes públicos responsáveis pela gestão da parceria de que trata este instrumento, com poderes de controle e fiscalização, designados por meio da portaria, que deverá ser publicada no Diário Oficial Eletrônico de Mariana - DOEM serão os seguintes: GESTOR: Juliana Santos Silva; Eliane Cristina Damasceno Coleta; Kelen Cristina de Freitas Ramos.

3.4 - Ao Gestor qualificado no item 3.3 deste instrumento, compete realizar todas as atividades previstas no Decreto Municipal nº 11.806/2024, em especial nos artigos 54; 71 a 73; e 75 a 77.

**CLÁUSULA QUARTA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

4.1 - A sistemática de monitoramento e avaliação desta parceria, observará os procedimentos delineados na Seção VII, do Capítulo V, do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

4.2 - O Gestor poderá promover visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da parceria, podendo notificar a OSC com antecedência em relação à data da visita, observando o estabelecido em Ato Normativo Setorial, se houver.

4.3 - As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar ferramentas tecnológicas, tais como redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos que permitam verificar os resultados da parceria.

4.4 - O acompanhamento da execução será realizado tendo como base o cronograma de execução e o desembolso dos recursos previsto no Plano de Trabalho.

4.5 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada por meio da Portaria nº 001, de 07/01/2025 e alterações posteriores, atuará em caráter preventivo e saneador, visando o aprimoramento dos procedimentos, a padronização e a priorização do controle de resultados.

4.6 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação homologará no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, o relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pelo gestor da parceria, que deverá conter os elementos elencados no art. 73, § 1º, incisos I ao VI, Decreto Municipal nº 11.806/2024.

**CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DA DOTAÇÃO**

5.1 - Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a OSC, que ocorrerá após assinatura do presente termo e conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho.

5.2 - O valor global dos recursos públicos da parceria é de **R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)**, oriundos dos recursos financeiros da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE na dotação orçamentária nº **07.001.10.301.0024-2.652.445041 0000 ficha 928**, que serão depositados em conta bancária específica.

5.3. A liberação dos recursos ocorrerá em uma única parcela, de acordo com o disposto no Plano de Trabalho a que se refere este TERMO DE COLABORAÇÃO.

5.4. Fica declarado pelo Secretário Municipal, signatário deste termo, que em eventuais termos aditivos, indicar-se-ão os créditos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro, quando se tratar de Termo de Colaboração.

**CLÁUSULA SEXTA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA**

6.1 - Este instrumento entra em vigor a partir de **12 de junho de 2025** e terá vigência até **11 de junho de 2026**.

6.2 - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da OSC, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do fim da vigência prevista nessa Cláusula.

6.3 - A vigência poderá ser alterada por prorrogação de ofício, quando a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA der causa a atraso na execução do objeto, limitada ao exato período do atraso e antes do término da vigência da parceria.

6.4 - A prorrogação de ofício será formalizada nos autos mediante termo de apostilamento, com comunicação à OSC.

**CLÁUSULA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

7.1 - A liberação dos recursos será efetivada em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, em consonância com o cronograma de execução.

7.2 - No caso de o cronograma de desembolso prever mais de uma parcela de repasse de recursos, a liberação de cada parcela só ocorrerá após:

7.2.1 - A OSC apresentar a prestação de contas das parcelas anteriores – PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL - nos termos do disposto no Capítulo VI do Decreto Municipal nº 11.806/2024 e da Cláusula Décima deste termo;

7.2.2 - A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, responsável pela parceria, verificará a regularidade fiscal da OSC, por meio de consulta às certidões de que trata o inciso II do § 1º do art. 38, do Decreto Municipal nº 11.806/2024;

7.2.3 - Ateste do gestor da parceria; e

7.2.4 - Nas parcerias cuja duração exceda um ano, a liberação das parcelas está condicionada à apresentação da prestação de contas anual ao término de cada exercício.

7.3. A liberação de recursos deverá ser anterior à data prevista para a realização da despesa, vedada a antecipação que estiver em desacordo com o cronograma de desembolso, conforme a natureza do objeto da parceria.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES:**

**8.1 - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:**

8.1.1 - Transferir para a conta específica da parceria os recursos financeiros previstos para a execução do supramencionado projeto, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho;

8.1.2 - Acompanhar a execução da parceria, avaliando os seus resultados e reflexos;

8.1.3 - Zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na Lei n° 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 11.806/2024, inclusive no que refere à Transparência e Controle, conforme disposto no Capítulo II, desse Decreto, e demais atos normativos aplicáveis;

8.1.4 - Apreciar as solicitações apresentadas pela OSC no curso da execução da parceria;

8.1.5 - Orientar a OSC quanto à prestação de contas, inclusive fornecendo normas e instruções para prestação de contas dos recursos financeiros transferidos;

8.1.6 - Analisar e julgar as contas apresentadas pela OSC;

8.1.7 - Analisar as propostas de reformulações do Plano de Trabalho, desde que apresentadas por escrito, acompanhadas de justificativa e que não impliquem na alteração do objeto apoiado;

8.1.8 - Prorrogar de ofício a vigência do termo sempre que houver atraso na liberação dos recursos pactuados, independentemente de solicitação;

8.1.9 - Definir o destino dos bens remanescentes após o fim da execução do termo, celebrando TERMO DE DOAÇÃO, caso solicitado pela OSC, por meio de ofício, cuja autorização ficará a critério da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

8.1.10 - Não realizar, nem autorizar qualquer tipo de publicidade atinente à presente parceria, nos três meses que antecedem ao pleito eleitoral municipal, nos termos do art.73, inciso VI, "b" da Lei nº 9.504/1997, e observar as condutas vedadas em período eleitoral, de acordo com a referida Lei.

**8.2 - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

8.2.1 - Executar a parceria com estrita observância ao plano de trabalho e das cláusulas pactuadas neste termo, sendo vedada a utilização dos recursos para pagamento de despesas previstas no art. 60, do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

8.2.2 - Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, nos termos do Decreto Municipal nº 11.806/2024, Capítulo VI, Seções II a V.

8.2.3 - Devolver, à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, o saldo dos recursos não utilizados, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, no prazo de 30 (trinta) dias da conclusão da vigência, extinção, denúncia ou rescisão do presente TERMO.

8.2.4 - Restituir à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Pública Municipal, nos seguintes casos:

8.2.4.1 - Quando não for executado o objeto deste TERMO;

8.2.4.2 - Quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas, ou quando esta for reprovada, incidindo a devolução sobre os valores reprovados;

8.2.4.3 - Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste TERMO ou fora de seu prazo de vigência;

8.2.4.4 - Nos demais casos previstos no Decreto Municipal nº 11.806/2024 e na Lei nº 13.019, de 2014.

8.2.5. Manter registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive, na hipótese de aquisição de bens com os recursos da parceria.

8.2.6. Abrir conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014 e do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA efetue o depósito dos recursos, unicamente para consecução do objeto deste termo e em conformidade com o Plano de Trabalho.

8.2.6.1 - Manter e movimentar os recursos recebidos na conta bancária, de que trata o item 8.2.6, deste termo, nos termos do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024;

8.2.6.2 - Manter os recursos recebidos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados, na forma do disposto nos itens 8.2.6 e 8.2.6.1, deste termo.

8.2.6.3 - Declarar expressamente a ciência das obrigações de que tratam os itens 8.2.6 a 8.6.2, deste termo, bem como informar a conta aberta para receber o recurso como exclusiva para a sua movimentação, conforme ANEXO I, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

8.2.7. - Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

8.2.8. Garantir os recursos humanos e materiais necessários para a execução do objeto do presente termo, sendo vedada a utilização dos recursos recebidos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ou aqueles correspondentes à sua contrapartida, em finalidade diversa da estabelecida neste termo.

8.2.9. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, dentre outros, relacionados à execução do objeto previsto, neste termo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

8.2.10. Remunerar eventuais profissionais envolvidos no projeto respeitando o piso salarial da categoria.

8.2.11. Garantir o livre acesso dos agentes da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, do Controle Interno do Município e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, aos documentos e informações relacionadas ao presente termo, aos locais de execução do respectivo objeto, bem como de todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente.

8.2.12. Divulgar, em página da OSC na internet, caso mantenha, inclusive em redes sociais, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações exigidas no § 1º, incisos I ao V, do art. 8º do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

8.2.13. Não realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência deste termo.

8.2.14. Observar as condutas vedadas em período eleitoral, de acordo com a Lei nº 9.504/1997, assim como não realizar despesas com publicidade de qualquer natureza nos 3 (três) meses que antecedem o pleito eleitoral municipal, nos termos do art. 73, inciso VI, alínea "b" da mesma Lei.

8.2.14.1. Com exceção do período eleitoral de que trata o item 8.2.14, deste termo, poderá realizar publicidade relativamente à parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, veicular e inserir o nome e os símbolos oficiais do Governo Municipal / Secretaria em toda a divulgação relativa ao projeto incentivado, das quais não constem nomes, símbolos ou imagem que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

**CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS**

9.1 - As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas em estrita observância ao plano de trabalho aprovado e as cláusulas pactuadas, neste termo.

9.2 - Poderão ser pagas, dentre outras necessárias, com recursos vinculados à parceria as seguintes despesas:

9.2.1 - Remuneração da equipe de trabalho, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, relativos ao período de vigência da parceria;

9.2.2 - Custos indiretos, tais como, despesas com internet, aluguel, telefone, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis.

9.3 - Não poderão serem pagas com recursos vinculados à parceria as seguintes despesas:

9.3.1 - Despesas com finalidade alheia ao objeto da parceria;

9.3.2 - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

9.3.3 - Despesa cujo fato gerador não tenha ocorrido durante a vigência do instrumento da parceria;

9.3.4 - Pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Municipal na liberação de recursos financeiros.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

10.1 - A prestação de contas será o procedimento em que se analisa e se avalia a execução da parceria visando a demonstração e verificação do cumprimento do objeto, o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo a fase de apresentação das contas, de responsabilidade da OSC e análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, observado o disposto no Capítulo VI do Decreto municipal nº 11.806/2024, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

10.2 - A OSC fica obrigada a demonstrar à boa e regular aplicação dos valores recebidos, mediante detalhada prestação de contas e comprovação da execução do objeto, que deverá ser apresentada observando o disposto na cláusula sétima, deste termo, nos moldes e prazos dispostos a seguir:

10.2.1 - PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL: deverá conter Relatório de Execução do Objeto, Relatório de Execução Financeira, bem como os demais documentos elencados no art. 81 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada etapa do cronograma de execução, em consonância com o cronograma de desembolso aprovado;

10.2.2 - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL: deverá conter os documentos elencados no inciso I do § 2º do art. 84, do Decreto Municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE até 31 de janeiro do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, podendo ser solicitada prorrogação de prazo, por até 15 (quinze) dias, desde que devidamente justificada;

10.2.3 - PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL: deverá conter os documentos de que trata o art. 86 c/c o art. 87, incisos I, II e § 1º, todos do Decreto Municipal nº 11.806/2024 e, sem prejuízo da prestação de contas anual, deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

10.2.3.1 - Quando o final da vigência da parceria não coincidir com o encerramento do ano civil, a OSC deverá apresentar os documentos de que o item 10.2.2, deste termo, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do instrumento.

10.2.4 - PRESTAÇÃO DE CONTAS ÚNICA: deverá conter Relatório de Execução do Objeto, Relatório de Execução Financeira, bem como dos demais documentos elencados no art. 92 c/c o art. 93, incisos I, II e parágrafo único, todos do Decreto municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

10.3. A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em sua análise, deverá considerar, além da prestação de contas de reponsabilidade da OSC, os seguintes relatórios elaborados internamente, conforme o caso:

10.3.1 - Relatório de visita técnica *in loco* eventualmente realizada durante a execução da parceria;

10.3.2 - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo;

10.3.3 - Os resultados das pesquisas de satisfação.

10.4 - A análise da prestação de contas de que trata o item 10.3, deste termo, não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, entretanto, o cumprimento, pela OSC, do disposto nesta cláusula e nos itens 7.2 a 7.2.4, deste termo, é condição indispensável para a liberação dos repasses de recursos.

10.5 - O descumprimento do disposto nesta cláusula, assegurado o contraditório e a ampla defesa, determinará a inadimplência e abertura da Tomada de Contas Especial, além das sanções previstas neste termo.

10.6 – A prestação e contas deve obedecer, no que couber, o que diz o Decreto Municipal 12.163 de 1 de fevereiro de 2025, especificamente nos artigos 18 e seguintes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES**

11.1 - Na hipótese de descumprimento por parte da OSC, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento ou em seus aditamentos e na ausência de justificativa, estará ela sujeita às sanções previstas no art. 104 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, observadas as demais disposições contidas nos arts. 105 a 116, do referido Decreto.

11.2 - Este instrumento de parceria poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, nos termos do Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

11.2.1 – Na ocorrência de denúncia, os partícipes serão responsáveis somente pelas obrigações relativas ao período em que participaram voluntariamente da parceria, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

11.2.2 – A Rescisão poderá ocorrer, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção:

11.2.2.1 - Nas hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da OSC;

11.2.2.2 - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

11.2.2.3 - Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

11.2.2.4 - Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

11.2.2.5 - Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS**

12.1 - Todas as obrigações sociais, fiscais, previdenciárias, trabalhistas e tributárias oriundas da execução e aplicação deste termo serão de total responsabilidade da OSC, ficando excluída qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

13.1 - A eficácia deste instrumento fica condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mariana - DOEM, a ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA até 20 (vinte) dias após a assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Mariana, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente termo, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa do caso, com a participação da Procuradoria Geral do Município.

As partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que, na presença das 02 (duas) testemunhas que também o assinam, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Mariana, 12 de junho de 2025.

**Juliano Vasconcelos Gonçalves**
Prefeito Municipal

**Marilene Romão Gonçalves**
Secretária Municipal de SAÚDE

**Carlos Eduardo Mendes**
Comunidade Terapêutica Sementes de Amor

Testemunhas:

1 - [illegible] 00477609604
NOME/CPF

2 - Patrick Mendes Martins 14299203607
NOME/CPF

**ANEXO I**

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE**

**Carlos Eduardo Mendes**, portador do CPF nº 045.XXX.786-XX e RG nº MG-11.XXX.700 SSP-MG, representante legal da COMUNIDADE **TERAPEUTICA SEMENTES DO AMOR**, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Bom Jesus, nº 314, bairro Barro Preto, Município de Mariana/MG, CEP 35424-191, inscrita no CNPJ sob o nº 34.075.117/0001-56, DECLARA SOB AS PENAS DA LEI:

a) Estar ciente de que é minha a responsabilidade de abrir conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014 e do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, bem como informar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA da abertura da conta bancária, com os respectivos dados para depósito;

b) Estar ciente de que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA efetuará o depósito dos recursos, unicamente na conta bancária específica, nos termos declarados na letra "a", para consecução do objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO, em conformidade com o Plano de Trabalho;

c) Estar ciente de que toda a movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica com a identificação do beneficiário final, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio de transferências eletrônicas, débitos automáticos, boletos bancários ou outras formas regulamentadas pelo Sistema Financeiro Nacional, salvo na hipótese de impossibilidade de pagamento por qualquer dos meios mencionados, desde de que previsto e justificado no plano de trabalho;

d) Estar ciente que, enquanto não utilizados, devo manter os recursos recebidos aplicados no mercado financeiro, em cadernetas de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo.

Mariana, 12 de junho de 2025.

**Carlos Eduardo Mendes**
Comunidade Terapêutica Sementes de Amor